

Percepções parentais da superproteção na educação infantil

Anilma Barreto Cavalcanti¹
Silvania Jesuina Gomes da Silva²
Zélia Granja Porto³

RESUMO: A presente pesquisa tem por objetivo investigar e analisar percepções parentais da superproteção na educação infantil em uma escola da rede particular do município de Jaboatão dos Guararapes, situada na região metropolitana do Recife. Realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, mediante entrevista semiestruturada e duas situações problema, com familiares de crianças da Educação Infantil. Os resultados mostram que as famílias apresentam condutas e estratégias superprotetoras particularmente com relação às crianças pequenas acreditando que as mesmas são adequadas ao desenvolvimento infantil, autoestima e enfrentamento das atividades cotidianas com segurança.

Palavras-chave: **Família; Percepção parental; Superproteção; Educação Infantil.**

1. Introdução

Ao longo do tempo as formações das famílias sofreram varias transformações, promovendo o surgimento de novas organizações familiares, o que resultou no aparecimento de diferentes tipos de famílias, além do modelo tradicional socialmente aceito como arranjo familiar ideal.

Porém, mesmo tendo o reconhecimento da existência dessas novas organizações familiares presente na sociedade, percebe-se que a lei 6583/2013, aprovada no ano de 2015, reconhece família como a entidade familiar formada a parti da união entre um homem e uma mulher, por meio do casamento ou de união estável e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos.

¹ Concluinte de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. anilmacavalcanti@hotmail.com

² Concluinte de Pedagogia - Centro de Educação – UFPE. silvaniajesuina2010@hotmail.com

³ Professora Associada do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino – Centro de Educação – UFPE. zeliaporto2@yahoo.com.br

A família apresenta em sua configuração a função de proteção e formação dos sujeitos, crianças e jovens, por meio de influências nos hábitos, costumes e valores. Segundo Martins (2009), a base necessária para a socialização dos filhos é de responsabilidade dos pais, que devem oferecer aos filhos um ambiente incentivador e seguro no qual possam desenvolver-se.

Percebe-se que as práticas familiares, vêm interferindo de maneira autocrática sobre a criança, influências que futuramente poderão interferir no processo educativo e social do indivíduo, tornando-o pouco participativo, inseguro, com baixa criatividade, sendo desencorajado para vivenciar novas experiências, entre outros aspectos. Tendo diferentes razões que influenciam os pais a terem essas atitudes ao educar as crianças. Segundo Macedo e Sandoval (2010), em nosso país

[...] os pais superprotetores temem, sobretudo, o risco de sequestro, assaltos, acidentes e a oferta abundante e livre de álcool e drogas. Há, no entanto, um limite entre a preocupação aceitável e a excessiva, que pode fazer mais mal do que bem a uma criança ou adolescente (MACEDO; SANDOVAL, 2010, p. 03).

Inúmeras vezes essas práticas familiares tende a refletir numa busca de realização pessoal do familiar para com os seus membros, sendo estes, conduzidos por atitudes autoritárias, sem que tenha autonomia na tomada de decisões. Vieira (2009) ressalta que o adulto deve sempre que possível esperar a criança realizar suas atividade ao invés de antecipá-la, como vemos algumas vezes acontecer no cotidiano infantil. Além disso, ter essa conduta de espera é enriquecedora para a criança, pois ela aprende que consegue fazer, se sente confiante e segura. Para isso, é fundamental que o adulto saiba escutar a criança.

Através de experiências anteriores na disciplina de PPP - Prática e Pesquisa pedagógica buscamos responder ao seguinte questionamento: "Quais as possíveis interferências da superproteção parental nas relações sócio afetiva na vida da criança?"

Para desenvolvermos a nossa temática de estudo realizamos previamente o levantamento de pesquisas anteriores, das quais não encontramos propostas que contemplem a nossa problematização. A pouca produção científica na área,

deixando em aberto um vasto campo de pesquisa no âmbito da Educação Infantil e as percepções parentais da superproteção.

2. Marco Teórico

2.1. A Estrutura Familiar

A família sempre foi uma organização que desde os primórdios da humanidade se fez presente. São estruturas sociais compostas por laços sanguíneos ou não e que compartilham do mesmo local. Segundo a Constituição Federal (1988) no art. 226 "a família base da sociedade, tem especial proteção do Estado". Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 25 parágrafo único que entende-se, por família "todos os parentes próximos com as quais as crianças ou adolescente mentem vínculo afetivo".

De acordo com Osório (1996), o conceito de família não é uma tarefa fácil de explicar segundo o autor:

Família não é um conceito unívoco. Pode-se até afirmar, radicalizando que a família não é uma expressão passível de conceitualização, mas tão somente de descrições; ou seja, é possível descrever as várias estruturas ou modalidades assumidas pela família através dos tempos, mas não defini-la ou encontrar algum elemento comum a todas as formas com que se apresenta esses agrupamentos humano (OSÓRIO, 1996. p. 13).

Contudo a citação reforça a ideia de que família é um a instituição social. Mas ao longo do tempo a sociedade passou por várias mudanças, em diversos setores, dentre esses podemos mencionar a formação familiar, a qual foi perdendo o modelo predominante patriarcal, com isso ocasionando vários outros modelos, os quais vão ser caracterizados pelos contextos culturais a que pertencem.

De acordo com Zamberlan (2003, p. 13), é preciso levar em consideração que a "sociedade tem sofrido intensas e profundas transformações nos vários níveis que a compõem: econômico, cultural, de valores, etc. O grupo familiar, por conseguinte, acompanha essas transformações".

Ainda de acordo com Zamberlan (2003) nas últimas três décadas, a família vem sofrendo grandes transformações em sua configuração e funcionamento. Ressalta que atualmente:

A coexistência na sociedade de diferentes arranjos familiares modificou o conceito de família e provocou um processo de assimilação e formulação de novos valores e práticas nessa instituição. A passagem de um modelo a outro tem exigido dos membros da família uma adaptação às mudanças de relacionamento, nos papéis da organização e estrutura familiar, assim como das respostas que esta passou a dar às demandas do ambiente (ZAMBERLAN, 2003, p. 13-14).

Observa-se que mesmo ocorrendo inúmeras mudanças ao longo do tempo, é importante salientar que a família continua sendo a principal instituição na qual as crianças podem caracterizar sua personalidade. Diante desse contexto, a mesma pode absolver estímulo negativo ou positivo.

As funções parentais é um espaço que se apresenta de fundamental importância para o desenvolvimento sadio de todos os membros que compõem a organização familiar, mas não existindo uma função específica para cada um deles. É importante salientar, que é nesse meio o qual o indivíduo receberá estímulo que irão contribuir para a formação da sua identidade, e principalmente para as relações sociais e afetivas que o mesmo irá desenvolver até alcançar a sua fase adulta, e levará consigo pelo resto de sua vida, reproduzindo às vezes à mesma atitude parental.

O ambiente familiar irá repercutir de maneira significativa e de grande importância para a vida de todos os membros que a compõe, sendo consciente de que todos os que formam esse contexto são afetados pelas relações estabelecidas, como também contribuindo de alguma maneira, para que a criança seja vista como um mero receptor de estímulo.

Para Darling e Steinberg (1993) as práticas educativas parentais podem ser entendidas como conjuntos de comportamentos emitidos pelos pais no processo de educação e criação dos filhos a fim de discipliná-los e socializá-los de acordo com padrões culturais socialmente aceitos.

Entendemos que é indispensável, às práticas educativas parentais na vida dos indivíduos, pois é através desse meio, que será oferecido estímulos para o desenvolvimento social dos mesmos, de acordo com cada costume cultural que estão presente e que são aceitos pela sociedade, e serão transmitidos pelos pais, com o intuito de que ocorra um controle de comportamento.

Patias, Siqueira e Dias (2013) dizem que, o contexto familiar é considerado o lugar privilegiado para a promoção da educação infantil. É o primeiro ambiente do qual o indivíduo participa, aprendendo regras e modos de se relacionar. Analisar quais práticas educativas, que serão fatores de risco ou de proteção para o desenvolvimento do sujeito.

Dentro desta perspectiva, o meio familiar se apresenta como um espaço significativo para o desenvolvimento infantil, pois, é através deste que a criança terá adquirido as regras e condutas iniciais de socialização, a partir dos valores e padrões oferecidos pelos mesmos Também estão presentes, as influências externas que contribuem para esse desenvolvimento, mas o meio familiar se apresenta de maneira essencial.

De acordo com Macarini e Martins (2009) As relações que os pais estabelecem com seus filhos são permeadas pela necessidade de cuidar, educar e promover o desenvolvimento deles, resultando em um conjunto característico de comportamentos que, em geral, são nomeados de formas distintas na literatura, como por exemplo: práticas parentais, práticas educativas, práticas de cuidados, cuidados parentais. Além disso, estão presentes os termos de cognição parentais, como crenças, ideias e valores parentais e metas de socialização.

Por meio disto, compreendemos que as práticas familiares são compostas por relações estabelecidas entre seus membros, a qual irá desempenhar um papel importante para o desenvolvimento dos mesmos. E que através destas relações que serão transmitidos ideias, crenças, valores e padrões que irão contribuir para a formação social do indivíduo.

2.2. Superproteção Parental

Pode-se dizer que alguns fatores como a violência, a desestruturação da família, drogas, novas tecnologias, a inserção da mulher no mercado de trabalho, o filho único, compensar a carência e a falta de tempo com bens materiais, entre outros. Tais fatores contribuem para a formação desse novo contexto social, aliado a busca de se criar e educar de maneira eficiente seus filhos, com isso desencadeando o abuso psicológico, tendo como exemplo a superproteção. Neste panorama, Machado (2009, p.1) afirma que há duas importantes situações a serem pensadas quanto ao assunto, como:

A primeira refere-se ao fato de que a proteção, o acompanhamento ou o monitoramento da vida das crianças pelos pais tornou-se uma necessidade em virtude do crescimento estaticamente comprovado dos casos de violência em nosso país (e em varias partes do mundo). Ações comuns das crianças de antigamente como, por exemplo, jogar bola brincar de esconde-esconde, ir à casa de colegas que moram na vizinhança, entre outras se tornaram menos regulares por conta do receio dos pais de que, no meio do caminho possa acontecer alguma coisa, uma agressão, uma violência sexual, um sequestro... Ocorre também que, por conta da violência e do medo dos pais de exporem seus filhos a situações de risco, surge no cenário das famílias a superproteção e, com isto, a criação de redomas ou bolhas onde estas crianças ou adolescentes acabam sendo colocados. Com isso são tolhidas oportunidades de vivenciar experiências que, até algum tempo atrás (20/30 anos) eram corriqueiras na vida destas pessoas.

A superproteção pode ser entendida como o cuidado em excesso, pelos pais com seus filhos, e que poderá resultar num bloqueio no desenvolvimento e no aprendizado, pois para a criança essa inibição em explorar o mundo é vista como uma frustração para a mesma e que com o passar do tempo poderá gerar problemas sociais e afetivos. De acordo com Golfeto e Mian (1999), a superproteção é um fenômeno que se caracteriza pelo excesso de cuidado e zelo que os pais têm em relação aos seus filhos, por motivos variados. Não estão relacionados diretamente com deficiência, podendo estar relacionado com o medo do mundo e da violência.

Naouri (2009) coloca que muitos pais têm dificuldades em dar liberdade à criança, facilitando muitas das tarefas do cotidiano, o que impede que as crianças consigam desempenhar de forma autônoma e capaz, sendo possível

percepcionar que a superproteção é um fator impeditivo para o crescimento adequado da criança.

Além disso, um dos maiores problemas enfrentados por familiares superprotetores é que os mesmos não percebem a adoção deste comportamento, sendo manifestado de maneira involuntária. Com isso, os mesmos não reconhecem que estão “falhando” na aprendizagem e criação de seus filhos. Também não se espera que os pais se tornem liberais e permissivos, e deixem os filhos soltos no mundo, correndo riscos, mas que permitam que as crianças brinquem, ou seja, experimentem a sua infância.

Estudos sobre a superproteção em crianças pequenas trazem as práticas educativas familiares que podem se mostrar de maneira negativa ou positiva na vida das crianças, e que podem interferir de maneira expressiva em seu desenvolvimento sócio afetivo. A autora Peliçon (2013), traz a família sendo o meio social fundamental para o primeiro contato de mundo do indivíduo. Nesse contexto, destaca a superproteção e os possíveis danos causados por esta ação durante toda a vida da criança.

Compreendemos que alguns pais exercem ações exageradas, ou seja, de superproteção, por serem envolvidos em sentimento de insegurança e ansiedade, podendo com isso, prejudicar diretamente a autoestima e personalidade da criança de maneira negativa na vida da mesma. Muitos, procuram justificar tais ações, por conta dos fatores sociais bastantes presentes na sociedade e que se apresentam de maneira nociva para a vida dos mesmos.

Conforme Kunsch (2014) percebe-se, em diferentes ambientes sociais frequentados por pessoas de classe média e alta o quanto as crianças de hoje estão sendo sobrecarregadas de expectativas por parte dos adultos em relação ao seu futuro.

Assim, pode-se observar que inúmeros pais tendem a realizar-se na vida dos filhos, com isso planejando o seu futuro de acordo com as suas expectativas, em alguns casos frustradas. Diante, desse contexto, surge uma relação de controle e autoridade dos pais com seus filhos, ocasionando uma situação de

stress por parte da criança, que é o resultado do acúmulo de expectativas e cobranças.

Diante destas considerações o presente trabalho buscou mostrar como comportamentos superprotetores são concebidos por pais e responsáveis por crianças pequenas, com isso encorajando os mesmos a se utilizarem de ações que contribuam para o desenvolvimento sócio afetivo da criança.

2.3. Desenvolvimento infantil

As crianças que estão na fase da educação infantil, estão passando por momentos de descobertas a respeito do mundo as quais fazem parte, e que são essenciais para o seu aprendizado. Portanto, é fundamental que os familiares, proporcionem momentos de liberdade, para que as crianças façam suas atividades com autonomia, as quais irão influenciar em seu desenvolvimento e na sua socialização.

De acordo com Frota e Bezerra (2010), o ser humano passa por mudanças durante o desenvolvimento, recebe influências de processos biológicos, psicológicos e sociais, resultando esse processo nas fases do crescimento e maturação do organismo, ou seja, as ações da criança, o vínculo afetivo dos pais, o estilo de vida e os relacionamentos sociais, assim como a exposição do ambiente contribuirão para oportunidades de experiências favoráveis ou não ao desenvolvimento.

O desenvolvimento infantil consiste em uma sucessão de etapas, nas quais ocorrem, uma serie de mudanças físicas e psicológicas, que vão implicar no crescimento da criança. Práticas educativas superprotetoras podem acarretar prejuízos ao desenvolvimento da criança e do adolescente. Produzindo sentimentos intensos de medos, ansiedade, depressão, hostilidade, baixa autoestima, entre outros sentimentos negativos.

Além disso, percebe-se que familiares apresentam tais aspectos superprotetores, tanto com meninas como com meninos, exercendo de mesma maneira um controle autoritário, e que poderá ser determinante dentro das

relações parentais. Dentro desse contexto, inúmeras vezes a criança é vista como sujeito passivo, com capacidade apenas de absolver tais conhecimentos.

Tais crianças podem apresentar problemas de comportamento e de socialização, os quais são indivíduos tratados pelos familiares de forma negativa, como também construindo uma personalidade com baixa auto-estima, as quais são resultados das expectativas dos familiares com as crianças.

3. Procedimentos Metodológicos

O presente estudo é de natureza qualitativa, orientada por Lüdke e André (1986), no qual o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador seu principal instrumento. Segundo as mesmas, a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que esta sendo investigada, via de regras através do trabalho intensivo de campo.

Nosso campo de pesquisa foi uma escola da rede particular do município de Jaboatão dos Guararapes, situado na região metropolitana do Recife. A opção por esta rede de ensino deve-se ao fato de termos observado que apresenta um número de alunos com um maior nível sócio econômico e de superproteção.

Os sujeitos da nossa investigação foram alguns familiares responsáveis por crianças na faixa etária de 04 a 05 anos do turno da tarde, da qual se mostraram disponíveis para participar da entrevista. Entre os familiares estavam presentes: pais, mães e avós, com a faixa etária de 30 a 50 anos de idade. Em sua maioria com ensino médio. Os mesmos eram responsáveis por mais de uma criança.

Com o objetivo de analisar as percepções parentais da superproteção na educação infantil, iniciamos nossa investigação com a apresentação das situações problemas para os familiares que foram entrevistados.

Para coletar os dados realizamos uma entrevista semiestruturadas contendo duas situações problemas, seguida de cinco perguntas, aplicados com dez familiares que se disponibilizaram em participar de nossa investigação. Segundo esse instrumento Lüdke e André (1986), colocam que na entrevista a relação que

se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas.

A coleta da entrevista dos responsáveis pelas crianças foi feita com uso de gravador e registro em formulário. As entrevistas duraram em média quinze minutos, e foram realizadas em diferentes momentos, como: ao levar as crianças à escola ou no final do horário.

Após as coletas dos dados, procedemos à transcrição das entrevistas e ao mapeamento das falas para em seguida fazermos a análise e interpretação do conteúdo. Segundo Bardin (1977), análise de conteúdo, pode ser definida como: técnica de investigação que pretende interpretar as comunicações, através da descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo presentes nessas comunicações.

Para a interpretação dos dados e alcance dos resultados da pesquisa, procedemos às repetidas leituras das falas mapeadas, das quais seguiam-se os sentidos e conceitos atribuídos à superproteção por parte dos sujeitos que participaram da investigação. Como forma de contribuir para a análise, foram selecionados seis familiares que se manifestaram de maneira protetora para com seus membros. A partir desse momento serão identificados com a letra F, exemplo: (F1).

4. A Superproteção sob a ótica dos pais ou responsáveis de crianças pequenas (4 a 5 anos)

Com o objetivo de analisar os dados, tomamos por base à análise de conteúdo, já que por meio desta análise o pesquisador seleciona o tipo de conteúdo que será examinado, podendo perceber o que é dito e o que se encontra nas entrelinhas (BARDIN, 1977).

Nosso ponto de partida foram os dados coletados por meio da entrevista semiestruturada. As respostas foram categorizadas nas seguintes categorias: uso

de meios tecnológicos como controle e proteção; insegurança dos responsáveis, controle e superproteção; superproteção parental e socialização escolar.

4.1. Uso de meios tecnológicos como controle e superproteção

Com base nas respostas dos familiares entrevistados a partir da apresentação da situação problema 1 (ver apêndice), podemos identificar alguns aspectos denominados como superprotetores, quando disseram concordar e afirmar ter esse tipo de ação com as crianças. Os mesmos criam estratégias de acompanhamento e monitoramento para estabelecer um controle dos filhos que ultrapassam os limites da proteção saudável, pensando em estar promovendo uma proteção adequada, através de cuidados exagerados oferecidos pelos mesmos de forma involuntária.

Pode-se também perceber que estas formas de proteção se manifestam tanto em pais como mães ou avós. A maioria concordou, com a situação problema apresentada no momento da entrevista. Os entrevistados afirmaram que seria uma forma de cuidado, achando que esta forma de agir com as crianças estaria nos padrões da normalidade e que todos deveriam fazer o mesmo, pois quem não cuida de seus filhos é um pai negligente.

Quando meu filho sai com minha esposa eu faço o mesmo, tanto para saber dele em especial, mas com ela também, pra garantir a segurança deles. (F2)

Olha, se eu puder eu faria o mesmo por uma filha minha para manter o seu bem estar. Quando temos filhos temos que estar disposto a tudo. (F3)

Pra mim isso é aceitável, cada um sabe como deve criar e cuidar de seus filhos. É pais que zelam pelos seus filhos eu admiro e faço o mesmo. (F4)

Eu faria o mesmo, mas isso comigo não é preciso, porque ela só vai para os lugares em que eu possa acompanhá-la. Se eu não for ela não vai, por isso eu não trabalho, que é para ficar o dia todo com ela. (F5)

Bem eu concordo, porque se um pai ou mãe percebe que seu filho esta correndo algum risco, ele pode ter uma atitude como esta. (F2).

Se a mãe desconfiar de alguma coisa, eu acho que ela pode dar uma olhadinha. (F5).

Eu às vezes faço isso, deixo ele e espero para ver se vai ficar bem, depois vou embora. (F6)

4.2. Insegurança dos responsáveis relacionada com controle e Superproteção

A partir da apresentação da situação problema 2 (ver apêndice), alguns dos familiares entrevistados demonstraram, em suas falas, sentimento de insegurança ao deixar as crianças em ambientes, que não sejam suas casas, tais como a escola, que é um local propício para o desenvolvimento do mesmo. Os entrevistados percebem esta ação como algo normal, mostrando-se dispostos a reproduzi-la, reforçando mesmo que de maneira discreta comportamentos superprotetores. Através dessas afirmações pode-se perceber os diversos conceitos e sentidos atribuídos pelos familiares entrevistados.

É o cuidado, uma pessoa que zela pelo bem estar de outra pessoa. (F3).

É a proteção que se oferece para cuidar da pessoa que gosta e querer ver a pessoa bem de todo jeito. (F4).

Quando você ama uma pessoa, você cuida, protege. (F5).

É quando os pais cuidam bem do seu filho. (F6).

Contradizendo-se a essas concepções pode-se perceber que alguns dos entrevistados apresentam um conceito de superproteção, como um acompanhamento e cuidado exagerados. Os mesmos trazem em suas afirmativas, que o cuidado em exagero provoca um sufocamento à criança, assim cerceando a sua liberdade de expressão e autonomia.

Eu acho que devemos ter cuidado sim, mas tem que deixar a criança “solta” um pouco, porque tem mãe que exagera, fica em cima da criança o tempo todo. (F7)

É o cuidado em excesso que um pai ou mãe oferece a seu filho, não deixando ele fazer nada sozinho. (F8)

Acho que essa expressão quer dizer muita proteção, algo que é demais, exagerado. Tem pais que ficam com medo de tudo, até se a criança se sujar. (F9)

Na opinião de Naouri (2009), a permissividade dos comportamentos parentais, em especial das mães, deve-se à sua insegurança e medo de algo de mal acontecer à sua criança, o que provoca comportamentos obsessivos de superproteção, que muitas vezes prejudicam o desenvolvimento da criança.

A superproteção nas relações sócio afetivas das crianças foi pontuada pelos familiares, que a mesma conseguira desenvolver-se de forma completa, por estar bem protegida e acolhida pelos seus pais.

Acho que não, a criança ira gostar de saber que um pai ou mãe cuide dela. (F3).

Acho que não, ela ira se desenvolver como uma criança normal, como as outras. (F4).

Não, eu acho que de forma nenhuma. (F5).

Não, se os pais cuidam, bem dela não tem problema nenhum. (F6).

Pode-se observar através das respostas de alguns dos entrevistados, que os mesmos se apresentam de maneira consciente, de que a criança necessita de experiência de mundo para se desenvolver, ou seja, através de suas descobertas, sensações, emoções, entre outros fatores que irão contribuir de maneira significativa para o seu amadurecimento como sujeito.

Claro que prejudica, como o meu filho vai aprender as coisas, se ele não mexer, não experimentar. É ruim sim. (F9)

Claro que sim, se a mãe faz tudo por ele, não deixa fazer nada pra não se machucar, vai crescer uma criança “abestalhado”. Com meu filho eu só ajudo quando vejo que não dá mesmo. (F7)

Eu acho que enquanto criança não muito, mas na fase maior sim. (F9)

A respeito do meio familiar superprotetor, como a criança conseguiria expressar a sua opinião, como também no espaço escolar, pode-se observar que os familiares acreditam que a proteção dos mesmos irá contribuir para um melhor rendimento do que as outras crianças, principalmente no espaço escolar.

Sim, com certeza, e na escola elas se sentirão seguras. (F3)

Sim, ela terá a mesma competência que as outras, ou até mais além, porque tem os pais como apoio. (F4)

Sim, eu acho que eles vão se desenvolver mais rápido do que as outras, porque ela tem a atenção dos pais. (F5)

Sim, como toda criança de sua idade, normal. (F6)

4.3. Superproteção parental relacionada com a socialização escolar.

Alguns familiares acreditam que as crianças que convivem num meio superprotetor, apresentarão dificuldades no convívio escolar, por terem seus pais realizando suas atividades, e também a inibição que os mesmos provocarão por suas inseguranças, exercendo um controle sobre as mesmas de forma autoritária, com isso, privando as crianças de vivenciarem sua própria autonomia.

Acho que ela terá dificuldade, porque tem os pais fazendo tudo pra ela. (F7)

Acho que não, ela irá ficar com medo de qualquer coisa, até de falar com os outros. (F8)

Observando como as professoras se sentiriam ao saber que os mesmo não possuíam confiança nela, eles afirmaram: que a docente não se sentira a vontade com a situação, que se irá expressar com certa, raiva com isso criando uma barreira entre ambos.

Poderá surgir uma barreira entre os familiares e a professora, e ela ficara chateada. (F1)

Acho que a professora ira ficar com raiva, podendo transferir esse sentimento até as crianças. (F2)

Eu acho que a professora não vai gostar, porque elas não querem ter muito trabalho com as crianças. (F3)

Eu sei que tem professoras que olha meio feio, não gosta, mas eu nem ligo, estou pagando. (F4)

Ela ficara chateada, mas eu fico em cima observando, principalmente porque eu pago por um serviço. (F5)

Isso irá incomoda-se um pouco, porque eu mesma pergunto tudo que aconteceu com o meu filho na escola, como por exemplo: se ele bebeu água. (F6).

Ao analisar a situação apresentada, todos os entrevistados afirmaram que a professora responsável pela turma em que cada criança está inserida, se mostrará ofendida e incomodada, com supostas desconfianças com relação a sua atuação docente em sala partindo dos responsáveis. Alguns também se mostraram dispostos a tal atitude, motivados pelo investimento financeiro na educação de seus filhos.

Os cuidados oferecidos às crianças antigamente, não se apresentava da mesma forma da atualidade, com isso pode-se perceber que hoje as crianças estão cada vez mais se refugiando nos meios eletrônicos, em destaque as redes sociais. Como forma de camuflar o monitoramento alguns familiares oferecem meios tecnológicos de maneira precoce, como uma forma de suprir a sua ausência. Porém, essa ação protetora garante uma falsa segurança para os familiares, pois os mesmos temem que as crianças utilizem os meios eletrônicos para outros fins.

O contexto social presente na modernidade favorece para que inúmeros familiares estabeleçam um controle autoritário, com isso justificando a adoção de ações superprotetoras.

Não, com essas tecnologias, temos que ter certo cuidado com as crianças, principalmente com a internet. (F1).

Não, porque eu tenho que oferecer a meus filhos o que meus pais não me deram, o cuidado muda com a modernidade. (F2).

Não, porque antigamente não tinha tanta violência como agora, nem essa tecnologia tão escancarada para todos inclusive as crianças. (F3)

Eu acho que não, cuido bem mais dos meus filhos, a avó diz que sou exagerada, mas só cumpro o meu papel. (F5).

Não da mesma forma, porque os tempos mudaram, requer o máximo de cuidado, em todos os lugares, principalmente quando estamos ausentes. (F6).

Por outro lado, contrapondo as falas anteriores os familiares afirmam que tais meios tecnológicos se mostram de grande ajuda para o cotidiano, acreditando que deve haver um monitoramento no dia-a-dia das crianças, pois, atualmente deve-se ter cuidados, porque as mesmas podem sofrer influências de outras pessoas.

Eu acho que eu cuido mais, porque nos tempos de hoje, desconfio de tudo. (F4)

Deve-se ter um certo alerta atualmente, pois a violência, as drogas estão muito presentes . E também o fácil acesso as redes sociais pelas crianças. (F7)

O meu filho possui celular que ele ganhou do pai dele, mas é usado apenas numa situação de necessidade. Porém, temos o hábito de olhar o que ele anda fazendo. (F8)

Considerações Finais

A superproteção é um tema bastante atual, porém pouco discutido em trabalhos acadêmicos, apesar de inúmeros casos de superproteção parentais terem aumentando no contexto familiar atual. É com essa compreensão que trazemos este trabalho no intuito de compreender como pais ou responsáveis por crianças pequenas dão sentidos à adoção de comportamentos superprotetores.

Assim diante das análises realizadas no presente trabalho, pode-se perceber que os familiares têm comportamento superprotetores, alegando que essas ações são atos de proteção para com os seus filhos. Acredita que são adequados e que não trará nenhum malefício ao seu desenvolvimento, autoestima, insegurança diante as atividades que enfrentam no seu cotidiano.

Percebe-se também que as transformações sociais como o aumento da violência, faz com que a família se torne insegura e assim exercendo um maior controle para com seus membros e conseqüentemente a superproteção. Esses fatos conduzem as famílias a ultrapassar os limites de proteção, impedindo muitas

vezes que as crianças tenham autonomia, tornando-se incapazes de tomar suas próprias decisões.

Por outro lado, os familiares não compreendem que as crianças que sofrem ações superprotetoras, podem apresentar aspectos negativos em seu comportamento e sociabilidade, entre eles podemos mencionar: insegura, manhosa, medrosa, dependente, impaciente, entre outros, que serão levados ao longo de sua vida.

Devemos considerar que futuramente a superproteção poderá trazer problemas para essa criança, como refere Urra (2009) as crianças superprotegidas tendem a não se responsabilizar pelas consequências dos seus atos, a não amadurecer e são mais propensas a serem influenciadas por não más companhias e a cair em condutas aditivas.

Sugerimos que novas pesquisas sejam realizadas para compreender melhor as atitudes superprotetoras e as consequências para o desenvolvimento infantil, em particular na atualidade com o aumento de violência urbana e o crescente aumento das tecnologias.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei 8.069/90**. Publicada em 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 30 de Novembro de 2015.

_____. **Lei 6583/2013**. Publicada em 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013. Acesso em 07/01/2016.

DARLING, N. ; STEINBERG, L. **Parenting style as contexto: na integrative model**. *Psychological bulletin*. 1993, v. 113, n. 3, p. 487-496.

FROTA, Mirna, et. Al. **Percepção materna em relação ao cuidado e desenvolvimento infantil.** *Revista brasileira em promoção a saúde.* Fortaleza, 2011, v. 24, n.3, p. 245-250.

GOLFETO JH & MIAN H. Abordagem psicoterápica da criança e da família no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP. **Medicina, Ribeirão Preto**, 32: 203-210, abr./jun. 1999.

KUNSCH, Clarice. **Excesso de atividades, consumo e superproteção: possíveis fatores de tédio em crianças.** *Revista acadêmica de educação do ISE Vera Cruz.* São Paulo. 2014, v.4, n.1, p. 99-115.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Daniela; SANDOVAL, Gabriella. **Excesso de proteção faz mal ao seu filho.** Disponível: <http://veja.abril.com.br/140410/excesso-protecao-faz-mal-filho-p108.shtml>. Acesso em 12 de Dezembro de 2014.

MACHADO, João Luiz de Almeida. **Pais superprotetores: as consequências para a vida das crianças.** Galois [online], s/d. disponível em: <http://www.galois.com.br/artigos-fundamental/39-para-quem-educa/300-pais-superprotetores-as-consequencias-para-a-vida-das-crian%C3%A7as>. Acesso em 14 de Novembro de 2014

MARTINS, Gabriela Dal Forno. **Influência do apoio social sobre crenças e práticas maternas em capitais e pequenas cidades brasileiras.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2009.

NAOURI, Aldo. **Educar os Filhos – Uma urgência nos dias que correm.** 2^o Edição. Alfragide: Livros d’Hoje. 2008

PATIAS, Naiana; SIQUEIRA, Aline e DIAS, Ana. **Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos.** *Revista do programa de Pós-Graduação em Psicologia da saúde da universidade metodista de São Paulo.* São Paulo. 2013, v. 21, n. 1, p. 29-40.

PELIÇON, Anna. **Funções parentais e desenvolvimento afetivo: reflexões sobre o abuso psicológico infantil.** Maringá. 2013.

OSSORIO, L. C. **Família hoje.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996

URRA, Javier. **O Pequeno Ditador. Da criança mimada ao adolescente agressivo.** 14^a Edição. Lisboa: A esfera dos livros. 2009

VIEIRA, Analúcia de Moraes. **Autoridade e autonomia: uma relação entre a criança e a família no contexto infantil.** Revista Ibero America de Educacion, n. 49/5, 2009

ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan. **Psicologia e prevenção: Modelos de intervenção na infância e na adolescência.** Londrina: EDUEL. 2003

APÊNDICE

Situação problema 1.

A criança sai para passear com o pai, vão para a casa da avó e a mãe fica em casa apreensiva, liga inúmeras vezes para o marido, para perguntar se a criança esta bem? O que ela esta fazendo? O que ela comeu? Quem a pegou ela no colo? Com quem ela conversou? Você acredita que esse comportamento é saudável?

Situação problema 2.

O pai leva a criança para a escola, o acompanha até na sala de aula, em seguida resiste em sair da mesma. Mas, quando vai embora, o mesmo permanece do lado de fora, espionando a professora, repetindo essa ação diariamente. Qual o seu ponto de vista diante dessa situação?